

PROCESSO ÉTICO DURANTE O TRATAMENTO DE HIV/AIDS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JULIA CORREA FOSSATI¹; POLIANA FARIAS ALVES²

¹Universidade Federal de Pelotas – julineaf808@gmail.com

²Universidade Federal De Pelotas – polibrina1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem considera a importância de atender às necessidades de assistência em Enfermagem da sociedade, e parte do pressuposto de que os profissionais da categoria devem, junto aos usuários, buscar por cuidados seguros, evitando riscos, danos e assegurar que esses cuidados estejam disponíveis para toda a população (COFEN, 2017).

O mesmo código diz que a ética profissional é um pilar fundamental para qualquer indivíduo que atue na área da saúde. Ela transcende a mera prestação de cuidados médicos e incorpora valores e princípios que asseguram a dignidade, respeito e bem-estar dos pacientes.

Em resumo, a ética na área da saúde vai além do cumprimento de obrigações legais, ela abrange a relação compassiva com o usuário, o respeito à sua autonomia, a promoção de uma cultura de segurança e confidencialidade (COFEN, 2017).

O documento acima prevê que além do compromisso contínuo com a aprendizagem e aprimoramento profissional, o entendimento aprofundado da ética ressalta a importância para garantir um atendimento de saúde de qualidade, centrado no usuário e moralmente justo.

Sob esse ponto de vista, o diagnóstico de HIV/AIDS representa um desafio significativo para os usuários, não apenas em termos de saúde, mas também em relação ao estigma e à discriminação social. O atendimento inadequado (antiético) por parte dos profissionais de saúde pode agravar essa situação, levando a consequências adversas tanto para a saúde mental quanto para a adesão ao tratamento.

Desta forma, autoridades governamentais do Brasil aprovaram e implementaram a Lei nº 14.289/22 que tem como propósito assegurar a confidencialidade em relação à situação de indivíduos que portam o vírus HIV e hepatites crônicas, abrangendo também aqueles com hanseníase ou tuberculose. Esta regulamentação torna mandatório manter confidencialidade nas distintas instituições, incluindo os serviços de saúde, instituições educacionais, locais de emprego, órgãos governamentais, forças de segurança, processos judiciais e meios de comunicação escrita e audiovisual (BRASIL, 2022).

Assim sendo, este relato de experiência tem o intuito de retratar sobre a importância da ética profissional nos serviços de saúde e sua relação com a adesão e cuidados essenciais às pessoas que vivem com HIV/AIDS.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de uma acadêmica do curso de enfermagem da UFPel, a partir das vivências em campos práticos ao longo da

graduação e desenvolvidas no período de agosto de 2023, durante as atividades de estágio em um Ambulatório de assistência especializada na área no município de Pelotas.

Além disso, as considerações foram elaboradas em articulação aos tópicos debatidos no Grupo de Mulheres Vivendo com o HIV, grupo coordenado por um profissional da psicologia, que ocorre uma vez ao mês. Também foram considerados os atendimentos prestados aos usuários do serviço em consultas de enfermagem, de 09 de agosto a 11 de setembro de 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período em questão, os relatos dos usuários do serviço indicaram que muitos deles evitam buscar atendimento em serviços de saúde como: UBSs, UPAs e outros serviços da rede, detendo seu tratamento exclusivamente neste serviço citado. O medo de que o diagnóstico seja vazado para terceiros e a preocupação com o tratamento inadequado por parte da equipe emergem como fatores principais que influenciam essa escolha.

De modo que, por vezes se revela a existência de discriminação, inclusive por parte de profissionais da área de saúde, é identificado que a quebra do sigilo frequentemente culmina no abandono do tratamento por parte dos pacientes. Nesse contexto, a preservação da privacidade e da confidencialidade das pessoas vivendo com HIV/AIDS é uma responsabilidade inalienável dos profissionais de saúde, representando um desafio notável na era da proliferação de informações (Salvadori e Hahn, 2019).

No momento inicial de interação com o grupo, tornou-se evidente que as experiências prévias das usuárias em outros serviços de saúde haviam ocasionado situações constrangedoras, as quais impactaram adversamente na confiança depositada na equipe de atendimento. Esses eventos prévios influenciaram significativamente a percepção das usuárias em relação ao novo ambiente de cuidados, criando desafios no estabelecimento de uma relação de confiança mútua entre elas e a equipe de saúde.

As usuárias do Ambulatório experimentam um sentimento de segurança notável, baseado no vínculo com a equipe e na natureza especializada nesse serviço apresentado, destinado ao atendimento de pessoas com HIV. De maneira paralela, os relatos provenientes do grupo continuaram a destacar a apreensão presente nessas mulheres. Isso se acentuou especialmente quando novos profissionais ou estagiários se juntaram ao grupo ou ao serviço, uma vez que existe o receio de que alguém possa, inadvertidamente, compartilhar informações sobre seu diagnóstico médico.

O encaminhamento de pacientes para esse serviço especializado é diário e constante. A maioria dos usuários traz queixas clínicas que poderiam ser resolvidas em outros serviços, especialmente da Atenção Primária à Saúde. Alguns relatos voltaram-se para o não recebimento da atenção necessária por parte de algumas das equipes da Atenção Primária à Saúde, e quando conseguem atendimento, apresentam receio em divulgar o diagnóstico de HIV.

Pessoas que vivem com HIV/AIDS também precisam cuidar dos vários aspectos relacionados à sua saúde (alimentação saudável, exercícios físicos, vacinação, avaliação da pressão arterial, entre outras), de forma integral, multiprofissional e de forma longitudinal. A atenção primária à saúde pode realizar essa abordagem integrada em linhas de cuidado com o apoio da atenção especializada (Ministério da Saúde, 2014).

O receio de enfrentar estigma, preconceito e discriminação desempenha um papel crucial na dinâmica de saúde e doença no contexto de confidencialidade no cuidado à pessoa com HIV/AIDS. O estigma associado à doença permeia a experiência dos portadores do vírus, uma vez que vivenciam uma constante apreensão acerca da possibilidade de que suas informações de diagnóstico sejam disseminadas por aqueles com quem convivem (UNAIDS, 2019).

Desta forma a falta de ética e sensibilidade por parte de alguns profissionais da saúde no atendimento a pacientes com HIV/AIDS é uma questão preocupante. O estigma associado à doença é agravado quando os próprios profissionais não adotam condutas respeitadas e confidenciais e a disseminação de informações sensíveis compromete a privacidade dos pacientes e pode levar à evitação de cuidados essenciais.

4. CONCLUSÕES

A relevância deste relato de experiência reside na oportunidade de obter uma visão genuína e próxima das experiências enfrentadas pelos indivíduos que vivem com HIV/AIDS nos diversos contextos dos serviços de saúde. A abordagem abrangente, que vai desde a atenção primária até o serviço de assistência especializada, proporcionou um entendimento mais profundo das demandas e desafios enfrentados por esses usuários. Essa experiência contribuirá de maneira significativa para aprimorar a qualidade dos atendimentos prestados aos atuais e futuros usuários, permitindo uma abordagem mais empática, informativa e sensível às necessidades específicas desses indivíduos, com o objetivo de promover um cuidado mais eficaz e centrado no usuário.

A falta de ética e sensibilidade dos profissionais de saúde no atendimento a usuários com HIV/AIDS é um problema real que afeta diretamente o acesso desses usuários aos serviços de saúde. Neste sentido, medidas devem ser implementadas para sensibilizar os profissionais sobre a importância do respeito à confidencialidade e a dignidade dos pacientes.

A conscientização e a educação permanente são estratégias essenciais para combater o estigma associado à infecção/doença e garantir que todos os usuários recebam atendimento de qualidade, respeitando seus direitos e privacidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 14.289, de 03 de janeiro de 2022. Estabelece a obrigatoriedade de sigilo sobre a condição de pessoas com HIV e hepatites crônicas, hanseníase ou tuberculose. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 jan. 2022.

COLAÇO, A. D. et al.. CARE FOR THE PERSON WHO LIVES WITH HIV/AIDS IN PRIMARY HEALTH CARE. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 28, p. e20170339, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. Rio de Janeiro, 2017.

LINS, G. A. N. et al.. Reflexões éticas na atenção à saúde de pacientes com HIV. **Revista Bioética**, v. 30, n. 3, p. 652–661, jul. 2022.

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. **Caderno de Boas Práticas em HIV/Aids na Atenção Básica**. Brasília (BR): MS ;2014.

Salvadori M, Hahn GV. Confidencialidade médica no cuidado ao paciente com HIV/aids. **Rev. bioét.** (Impr.) [Internet]. 2019

UNAIDS. **Estudo revela como o estigma e a discriminação impactam pessoas vivendo com HIV e AIDS no Brasil**. Publicado em: 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://unaids.org.br>